

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC - CENTRAL DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 91/2016

Tipo de Comparação: por item

Tipo de Julgamento: menor preço

O Município de Timbó/SC, CNPJ Nº 83.102.764/0001-15, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria da Fazenda e Administração (localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro) representada pela Secretária da Fazenda e Administração a Sra. Maria Angélica Faggiani, informa que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, **com itens exclusivos para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela LC nº 147/2014**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **REGISTRO DE PREÇOS** destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos do Edital.

Rege a presente licitação, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 445/2006, Decreto Municipal nº 550/2006 e demais legislações aplicáveis.

Os envelopes, juntamente com o credenciamento, deverão ser protocolados* e entregues na Central de Protocolos da Prefeitura de Timbó/SC até a data e horário limites abaixo descritos:

Data: 18/11/2016

Hora: 08h00min (horário de Brasília)

Local da entrega: *Prefeitura de Timbó/SC*
Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro
Timbó/SC – CEP 89.120-000
Central de Protocolo – SALA 04

** Para fins de atendimento ao horário limite de entrega dos envelopes, considerar-se-á o horário expresso no protocolo fornecido pela Central de Protocolo do Município, sendo que os envelopes das participantes protocolados após o horário limite exposto serão desclassificados.*

O Início da Sessão Pública e a abertura dos envelopes de propostas ocorrerão:

Data: 18/11/2016

Hora: 08h10min (horário de Brasília)

Local da abertura: *Prefeitura de Timbó/SC*
Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro
Timbó/SC – CEP 89.120-000
Sala de Licitações

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pela Central de Licitações no seguinte endereço e contatos:

TELEFONE: (47) 3382.3655 - ramal 2038;

E-MAIL: licitacoes@timbo.sc.gov.br;

ENDEREÇO: Avenida Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC, CEP: 89.120-000;

HORÁRIO DE EXPEDIENTE: segunda a sexta-feira, das 08h às 12h, e das 14h às 17h.

HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO: de 17/10/2016 a 19/02/2017 das 7h às 13h, sem intervalo, conforme Decreto de n.º 4304, de 26 de Setembro de 2016.

NOTA: Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito à Central de Licitações, através do endereço e/ou e-mail descrito acima. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

1 - OBJETO

1.1 - O presente edital tem por objetivo receber proposta destinada ao registro de preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas e implementos agrícolas da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos do Edital.

1.2 - As quantidades expressas no Anexo I são estimativas e representam a previsão do órgão participante pelo prazo de 12 (doze) meses, todavia, o Sistema de Registro de Preço não obriga a aquisição da quantidade registrada, as quais serão adquiridas de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

1.3 - Face o disposto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 550/2006, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preços.

1.4 - O objeto desta licitação deve ser executado diretamente pela Contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Secretaria, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

2 - DO ORÇAMENTO

2.1 - Dotações orçamentárias/convênios extraorçamentários a serem utilizados:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
8	Obras e Serviços Urbanos
1	Obras e Serviços Urbanos
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBAN
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
3	Administração Geral
1	Administração Geral
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
2	Imprensa, Comunicação e Relações Públicas
2	Imprensa, Comunicação e Relações Públicas
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES P
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
2	Assessoria do Gabinete
1	Assessoria do Gabinete
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
4	Núcleos de Educação Infantil
1	Núcleos de Educação Infantil
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1010000	Receitas de Impostos - Educação
Código Dotação	Descrição
4	Unidades Pré-escolares
2	Unidades Pré-escolares
2046	MANUTENÇÃO DAS UPES
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1010000	Receitas de Impostos - Educação
Código Dotação	Descrição
4	Ensino Fundamental
3	Ensino Fundamental
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1010000	Receitas de Impostos - Educação
Código Dotação	Descrição

Dotação Utilizada	
4	Ensino Fundamental
3	Ensino Fundamental
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUN
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1010000	Receitas de Impostos - Educação
Código Dotação	Descrição
4	Ensino Fundamental
3	Ensino Fundamental
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUN
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1376100	Outras Transf. FNDE - PNATE
Código Dotação	Descrição
6	Industria, Comercio e Servicos
1	Industria, Comercio e Servicos
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
7	Planejamento Urbano
1	Planejamento Urbano
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
15	Vigilancia em Saude
4	Vigilancia em Saude
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1386600	Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE
Código Dotação	Descrição
15	Servicos em Saude na Atencao Basica
1	Servicos em Saude na Atencao Basica
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1020000	Receitas de Impostos - Saúde
Código Dotação	Descrição
15	Servicos em Saude na Atencao Basica
1	Servicos em Saude na Atencao Basica
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1386400	Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA
Código Dotação	Descrição
15	Vigilancia em Saude
4	Vigilancia em Saude
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1386600	Transf - SUS/União - VIGILANCIA EM SAUDE

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
15	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1020000	Receitas de Impostos - Saúde
Código Dotação	Descrição
16	Aprimoramento da Gestão do Departamento e dos Equi
1	Aprimoramento da Gestão do Departamento e dos Equi
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta
3	Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1650000	Transf.Sistema único - SUAS/Estado
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta
3	Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Básica
2	Serviços de Proteção Básica
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIM
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Básica
2	Serviços de Proteção Básica
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1650000	Transf.Sistema único - SUAS/Estado
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Básica
2	Serviços de Proteção Básica
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1350000	Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União
Código Dotação	Descrição
16	Serviços de Proteção Básica
2	Serviços de Proteção Básica
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos

Dotação Utilizada	
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
19	Esporte Amador, Comunitário e de Rendimento
1	Esporte Amador, Comunitário e de Rendimento
2236	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
23	Polícia Militar
4	Polícia Militar
2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
22	Memória, História, Cultura e Arte
1	Memória, História, Cultura e Arte
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
24	Demutran
1	Demutran
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
24	Demutran
1	Demutran
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura
Código Dotação	Descrição
25	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
3	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
2000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
25	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
3	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
2000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
25	Tratamento e Distribuicao de Agua
1	Tratamento e Distribuicao de Agua
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA

Dotação Utilizada	
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
2000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
12	Manutenção do Convenio Bombeiro Militar
2	Manutenção do Convenio Bombeiro Militar
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILI
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
13	Meio Ambiente
1	Meio Ambiente
2112	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
15	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1385700	Transf - SUS/União - SAMU
Código Dotação	Descrição
15	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
1386500	Transf - SUS/União - MAC
Código Dotação	Descrição
25	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
3	Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
6000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
12	Manutenção do Convenio Bombeiro Militar
2	Manutenção do Convenio Bombeiro Militar
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILI
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
3000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
25	Tratamento e Distribuicao de Agua
1	Tratamento e Distribuicao de Agua
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
6000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
23	Polícia Militar
4	Polícia Militar

Dotação Utilizada	
2400	MANUTENÇÃO DA POLICIA MILITAR - FUNREPOM
333903919000000	Manutenção e conservação de veículos
3000000	Recursos Ordinários

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação do Edital e anexos.

3.1.1 - Para os **Itens da Cota Principal** - interessados que atendam aos requisitos do edital;

3.1.2 - Para os **Itens da Cota Exclusiva** - empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

3.1.2.1 - Os interessados que atendam aos requisitos do edital e não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, também poderão apresentar propostas de preços para esse lote, acompanhada de declaração onde se comprometam a registrar o menor preço dentre aqueles propostos para esta cota. A apresentação da proposta tem o único objetivo de viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.2.8 da seção 8 (Da Sessão Pública do Pregão Presencial), quando suas propostas poderão ser consideradas para efeito de julgamento, face a inviabilidade de contratação de empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

3.2 - Serão admitidos a participar os que estejam legalmente constituídos para os fins do objeto pleiteado.

3.3 - É vedada a participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração direta ou indireta (independente da esfera governamental) ou ainda que esteja com direito de participar de licitação suspenso.

3.4 - É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa num mesmo item ou lote, bem como mais de um representante por empresa.

3.5 - Somente poderão se manifestar os representantes das proponentes devidamente credenciados.

3.6 - Não será admitida a participação de consórcios.

3.7 - Não será aceita a participação de empresas cujo(s) proprietário(s) ou sócio(s) seja(m) servidor(es) público(s), vereadores ou agentes políticos do Município de Timbó/SC.

3.8 - No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) participar da presente licitação com tratamento diferenciado das demais é obrigatória a apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, na fase de credenciamento.

3.8.1 - Caso a empresa opte por não se credenciar, poderá entregar este documento juntamente com a proposta.

3.9 - Considerando que, em caso de necessidade de deslocamento dos veículos para conserto junto à sede ou instalação da oficina vencedora do certame, o custo de deslocamento será exclusivamente do CONTRATANTE/REQUISITANTE (pois o município possui veículo próprio para o transporte de máquinas pesadas), a empresa participante deverá comprovar possuir instalação no limite de, no máximo, **40 (quarenta) km** distantes da sede da Prefeitura de Timbó/SC para conserto de veículos leves, utilitários e feixe de molas (*itens de 1 a 11, e 19*), e de, no máximo, **80 (oitenta) km** distantes da Prefeitura de Timbó/SC para conserto das máquinas pesadas (*itens de 12 a 18, e de 20 a 29*).

4 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

4.2 - Ressalvadas as regras contidas no item 8.1.7 os demais atos decisórios do pregoeiro e Autoridade Competente poderão ser objeto de recurso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

4.3 - As impugnações e/ou recursos deverão ser protocolados dentro do prazo previsto em lei, junto ao setor de protocolos do Município de Timbó/SC (Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, CEP: 89.120-000, Sala 04), no horário de expediente disposto no preâmbulo deste edital, fazendo constar obrigatoriamente fora do envelope (devidamente lacrado) o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Impugnação e/ou Recurso”) e seu encaminhamento aos cuidados da Central de Licitações, sob pena de não apreciação e nulidade.

4.4 - Serão aceitas impugnações e/ou recursos enviados por fac-símile ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, estando sua validade condicionada à apresentação do original na forma legalmente estabelecida na Lei Federal n.º 9.800/1999.

4.5 - Caberá ao Pregoeiro o recebimento e encaminhamento à Autoridade Competente responsável pelo certame, a qual caberá decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o limite de envio de impugnações, conforme Art. 16 do Decreto 445/2006.

4.6 - Caberá à Autoridade Competente decidir sobre os recursos intentados no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento do recurso.

4.7 - Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração do edital e a manutenção da licitação com a sua republicação e reabertura do prazo;
- c) Alteração no edital e manutenção da licitação, dispensada nova publicação e reabertura do prazo nos casos em que a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

4.8 - Aos atos do Pregoeiro ou da Autoridade Competente cabem: Recurso, Representação e Pedido de Reconsideração, nos termos da legislação.

5 - CREDENCIAMENTO

5.1 - O credenciamento deverá ser entregue preferencialmente em envelope próprio, impreterivelmente até a hora e data limite para entrega dos envelopes, e será analisado pelo Pregoeiro antes da abertura dos envelopes.

5.2 - O credenciamento far-se-á por meio das seguintes formas:

- I. Caso o representante seja **sócio-gerente ou diretor da empresa** deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social (conforme subitem 7.3.2.a);
- II. Caso o representante **não seja sócio-gerente ou diretor** seu credenciamento far-se-á mediante:
 - a) **Carta de Credenciamento** (conforme Anexo II) assinada pelo Representante Legal da Empresa cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação do Ato Constitutivo ou Contrato Social (conforme subitem 7.3.2.a) ou;
 - b) **Instrumento Público de Procuração** que conceda ao representante poderes legais ou;
 - c) **Instrumento Particular de Procuração** com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:
 1. Se for concedido por **sócio-gerente ou diretor**, esta condição deverá ser comprovada;
 2. Se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente ou diretor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio de documentos que demonstrem tal condição.

5.3 - Os contratos sociais emitidos através do *site* da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias.

5.4 - Cada credenciado poderá representar empresas distintas, desde que não participem do mesmo item, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação no referido item.

5.4.1 - O representante, munido de documento de identificação com foto, deverá apresentar um credenciamento para cada empresa que irá participar do certame. Não será aceito um único credenciamento contemplando duas ou mais empresas.

5.5 - Deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento de identificação com foto do representante juntamente com demais documentos do credenciamento.

5.6 - Tanto na Credencial quanto no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar expressamente os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias, sob pena de não aceitação.

5.7 - A licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do presente edital (modelo do Anexo III), assinada por representante legal da empresa, podendo ser feita também oralmente quando houver representante devidamente credenciado.

5.7.1 - Caso a licitante opte por não realizar credenciamento, deverá apresentar a declaração constante do Anexo III no envelope de Proposta.

5.8 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para participar da presente licitação deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, na fase de credenciamento ou, caso opte por não se credenciar, juntamente com as propostas.

5.9 - Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém, o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

5.10 - Os documentos necessários deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por servidor municipal da Central de Licitações.

5.11 - Quanto às autenticações:

5.11.1 - Tendo em vista transtornos ocorridos com o tempo necessário a conferência de documentos e horário de protocolo de envelopes, **fica expressamente estabelecido que:**

- a) As licitantes que optarem por autenticar documentos para a Licitação com servidor municipal da Central de Licitações **deverão fazê-lo até o último dia útil anterior à data de entrega dos envelopes, durante o horário de expediente, em tempo hábil para conferência e autenticação. Após esta data e horário não serão promovidas quaisquer autenticações, exceto documento de identificação com foto.**

- b) Para a autenticação na Central de Licitações as licitantes deverão apresentar os documentos originais e as fotocópias dos mesmos, na mesma ordem de organização objetivando otimizar a conferência, as quais deverão ser feitas previamente por conta do licitante. A Central de Licitações não fornecerá fotocópias.
- c) Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pela autoridade do certame.

6 - DO ENVELOPE DA PROPOSTA

6.1 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

Envelope nº 01 – PROPOSTA

Central de Licitações – Prefeitura de Timbó/SC

Pregão Presencial nº 91/2016 – PMT

Razão Social:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

6.2 - A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

6.3 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome do proponente, endereço completo, telefone, e-mail, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do Pregão Presencial – Registro de Preço;
- c) Descrição do objeto da licitação em conformidade com o Anexo I;
- d) Número do banco, Agência e Conta Corrente para depósito dos pagamentos em nome da proponente;
- e) Preço unitário em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídos além do lucro, todas as despesas, tributos, tarifas, encargos sociais e demais custos, diretos ou indiretos, relacionadas ao objeto;
- f) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias;
- g) Declaração do licitante de que, desde já, fica obrigado a cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer penalidades aplicadas por esta Administração;
- h) As informações para formalizar a Ata de Registro de Preços, em especial a qualificação completa do representante da empresa que assina a Ata de Registro de preços deverá conter, no mínimo, o seguinte: nome completo, estado civil, CPF, RG e endereço residencial;
- i) Comprovação da distância, em quilômetros, da proponente até a sede da Prefeitura de Timbó/SC, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, medido por estrada.

6.4 - Ao elaborar a proposta, a licitante deverá considerar os seguintes critérios:

6.4.1 - O Município reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na oficina da Secretaria de Obras e Serviço Urbanos e/ou outra Unidade, remetendo à manutenção ora licitada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo Município.

6.4.2 - A licitante vencedora deverá executar, no mínimo, **75%** (setenta e cinco por cento) dos serviços em **sede própria**, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a licitante apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do município.

6.4.3 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.

6.4.4 - O fornecimento de peças de que trata este edital fica condicionado à análise e aprovação do orçamento ao Setor de Compras do Município, podendo este, proceder à aquisição por outro fornecedor, desde que com valor inferior ao apresentado pela licitante.

6.4.4.1 - Excepcionalmente, quando o serviço for de caráter emergencial e vir a ser realizado após o horário de expediente, e não houver servidor do Setor de Compras disponível para análise e aprovação do orçamento, poderá ser realizada manutenção com substituição/fornecimento de peça, desde que comprovada a situação emergencial, considerados preços de mercado para fins de pagamento.

6.4.5 - A licitante deverá mencionar em sua proposta, o **PERÍODO DE GARANTIA** dos serviços ofertados, sendo que o mesmo não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**.

6.4.5.1 - As peças e componentes fornecidos e instalados pela contratada ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

6.4.5.2 - Faculta-se à Secretaria requisitante averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

6.4.5.3 - A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

6.4.5.4 - A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue à Secretaria requisitante, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.

6.4.5.5 - Quando as peças forem fornecidas pela Secretaria requisitante, a contratada ficará obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.

6.4.6 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:

- a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
- b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
- c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem os padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.

6.4.5.1 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

6.4.7 - A Secretaria requisitante fará o transporte dos equipamentos danificados até a oficina vencedora do certame, que deverá estar situada no máximo **40 (quarenta) km** de distância da Prefeitura de Timbó/SC para conserto de veículos leves, utilitários e feixe de molas, e de no máximo **80 (oitenta) km** de distância da Prefeitura de Timbó/SC para conserto das máquinas pesadas, e se responsabilizará a retirá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e/ou outra Unidade.

6.4.8 - A Secretaria requisitante indicará funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados.

6.5 - A proposta deve estar totalmente de acordo com as especificações requeridas, sendo desconsiderada a solicitação para desclassificação de todo e qualquer item durante a etapa de lances.

6.6 - Havendo divergência na redação da proposta entre o valor unitário e o valor total, será considerado o valor unitário para fins de proposta de preços bem como, no caso de discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

6.7 - A apresentação da proposta será considerada como evidência e atestado de que a licitante examinou criteriosamente este edital e todos os seus documentos e anexos, aceitando integralmente os seus termos, e que o objeto cotado apresenta todas as características e especificações mínimas exigidas neste edital.

6.8 - A licitante vencedora deverá manter atualizados telefone, fac-símile e endereço, devendo comunicar ao Setor de Compras, qualquer alteração de dados.

6.9 - Não serão aceitas propostas enviadas por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão de dados e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

6.10 - A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação da proponente.

6.11 - Será, ainda, desclassificada a proposta que:

- a) Deixar de atender alguma exigência deste edital;
- b) Oferecer vantagem não prevista neste edital ou ainda preço e/ou vantagem baseada em propostas das demais licitantes;
- c) For de empresa situada em distância maior que as estabelecidas nos itens 6.4.7 e 3.9 deste edital;
- d) Apresentar documentos em envelopes trocados.

7 - DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

Envelope nº 02 – HABILITAÇÃO

Central de Licitações – Prefeitura de Timbó/SC

Pregão Presencial nº 91/2016 - PMT

Razão Social:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

7.2 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por servidor municipal da Central de Licitações, conforme item 5.11.1 do edital.

7.3 - O envelope deverá conter os seguintes documentos:

7.3.1 - Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos Federais/União; (A Certidão Negativa de Débito Previdenciário foi unificada à CND Federal, conforme Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014);
- c) Certidão negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC conforme art. 193 do Código Tributário Nacional e art. 50 da Lei Complementar Municipal 142/98. *

e.1) Para obter a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC a empresa interessada poderá solicitar da seguinte forma:

- ✓ E-mail: negativas@timbo.sc.gov.br;
- ✓ Telefone: (47) 3382.3655 - ramal 2032 - Setor de Tributos;
- ✓ Através do ícone Portal do Cidadão no site do Município: www.timbo.sc.gov.br (para usuários já cadastrados no Município).
* A Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC deve ser solicitada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não ser entregue em tempo para a licitação.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

7.3.1.1 - Quanto à regularidade fiscal das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006:

- a) As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- b) Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, especialmente a definida no artigo 7º, além daquelas definidas no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993, conforme disposto no art. 43, § 2º da LC n.º 123/2006.

7.3.2 - Quanto à regularidade jurídica:

- a) Ato Constitutivo vigente (Dispensado se apresentado no credenciamento). *Obs: Os contratos sociais emitidos através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos somente se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias.*

7.3.3 - Das declarações obrigatórias:

7.3.3.1 - Deverá conter no envelope de habilitação declaração subscrita pela empresa licitante onde ateste, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital, no mínimo:

- a) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz (). *Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima;*

- b) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;
- c) Que o ato constitutivo é vigente;
- d) Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;
- e) Que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos;

7.3.4 - Das demais declarações:

7.3.4.1 - A licitante deverá apresentar as seguintes declarações, que poderão ser objeto de vistoria/diligência:

- a) Declaração de que possui condições plenas para a execução dos serviços, em especial estrutura física (em sede própria) coberta e fechada, para a segurança e zelo do patrimônio do Município;
- b) Declaração de que possui equipamentos suficientes necessários à perfeita execução dos serviços prestados ao Município, tanto na sede da empresa, bem como para atendimento "in loco" quando solicitado pelo Município (aparelhos de solda, tornos, sacadores, relógios de pressão de motores, ferramentas, etc.).

7.3.5 - Da Qualificação Técnica, para participação nos itens relacionados à máquinas pesadas e veículos (caminhões, caminhões caçamba e ônibus):

- a) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da abertura do processo licitatório, no mínimo, 02 (dois) soldadores, 04 (quatro) mecânicos de veículos e máquinas, e 03 (três) auxiliares, para atender a demanda dos serviços solicitados em sua sede e ou "in loco" quando solicitados pelo Município.

a.1) O vínculo com os profissionais acima citados deverá ser comprovado mediante apresentação de cópia de contrato de prestação de serviços ou da Carteira de Trabalho (CTPS) ou equivalente, em que conste a licitante vencedora como contratante.

OBSERVAÇÃO:

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente apresentados conforme a sequência acima mencionada, podendo ser em original ou se preferir, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

7.4 - Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

7.5 - Para certidões emitidas que não informem de forma explícita o prazo de validade, será considerado máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, devendo estar válidas na data da abertura dos envelopes.

7.6 - A ausência ou ilegibilidade de qualquer dos documentos ou declarações obrigatórias elencadas acima acarretará a imediata inabilitação da empresa para participar do certame.

8 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

8.1 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação do preâmbulo deste Edital, com o procedimento para **Cota Exclusiva**, prevista na Lei Complementar nº 147/2014.

8.2 - O Pregoeiro fará a abertura da sessão pública do Pregão Presencial – Registro de Preços procedendo aos seguintes atos em sequência:

8.2.1 - Análise e aceitação dos credenciamentos.

8.2.2 - Análise preliminar de aceitabilidade das propostas.

8.2.2.1 - Abertas as propostas o Pregoeiro fará a análise quanto à compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, procedendo à classificação das propostas para a etapa de lances.

8.3 - Classificação das propostas para a etapa de lances:

8.3.1 - O pregoeiro classificará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

- ✓ *Primeiro critério:* serão classificadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;
- ✓ *Segundo critério:* não havendo pelo menos três propostas classificadas no critério anterior, serão ainda classificadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

8.3.2 - Tendo sido credenciado e a proposta classificada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas de maior preço e os

demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.3.2.1 - Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais, em valores distintos e decrescentes, a partir da menor proposta.

8.3.2.2 - Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

8.3.2.3 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

8.3.3 - Para **os itens da cota Principal**, em caso de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, cuja proposta seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada no final dos lances do pregão, quando será concedido, para microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada.

8.3.4 - Para efeito do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.4.1 - Encerrada a fase de lances, o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado será convocado para apresentar nova proposta, inferior à de menor preço;

8.3.4.2 - Em caso de apresentação da nova proposta, na forma do subitem 8.3.4.1, será examinada a aceitabilidade da proposta e os requisitos de habilitação;

8.3.4.3 - Não sendo apresentada nova proposta, na forma do subitem 8.3.4.1, ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4.4 - O direito de preferência previsto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;

8.3.4.5 - No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no item.

8.3.5 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual na forma do item anterior, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após o cumprimento dos requisitos de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação do licitante.

8.3.6 - Para os **Itens de cotas Exclusivas**, não havendo vencedor entre empresas enquadradas como EPP, ME e MEI, depois de esgotadas as possibilidades levadas em consideração as prerrogativas das referidas empresas, bem como a ordem de classificação, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da Cota Principal, desde que:

8.3.6.1 - Não reste empresa enquadrada como EPP, ME e MEI;

8.3.6.2 - Que a empresa melhor classificada para Cota Principal tenha registrado proposta para Cota Reservada, comprometendo-se a registrar o menor preço dentre aqueles propostos para as referidas cotas.

8.3.7 - Encerrada a etapa de lances serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para tal etapa, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.3.7.1 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

8.3.7.2 - Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

8.3.7.3 - A etapa de lances poderá ser adiada para nova data quando houver necessidade de análise mais apurada de documentos em face da complexidade dos mesmos e do número de participantes.

8.3.7.4 - Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para atendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

8.3.8 - Habilitação

8.3.8.1 - O Pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

8.3.8.2 - Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo de licitação.

8.3.8.3 - Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

8.3.9 - Recurso

8.3.9.1 - Habilidade o proponente o Pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

8.3.9.2 - Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite de recurso.

8.3.9.2.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

8.3.9.2.2 - Os recursos deverão ter fundamentação que os sustente, não sendo dado provimento a recursos que apenas apresentem dados subjetivos.

8.3.9.2.3 - A falta de manifestação, imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.3.9.2.4 - Não serão acolhidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.3.9.2.5 - O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do mesmo, o qual deverá ser protocolado junto ao Setor de Protocolos do Município de Timbó/SC (Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, CEP: 89.120-000, Sala 04), fazendo constar obrigatoriamente fora do envelope (devidamente lacrado) o "número da licitação", seu conteúdo ("Interposição de Impugnação e/ou Recurso") e seu encaminhamento aos cuidados da Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

8.3.9.2.6 - Depois de encerrado o prazo para manifestação de recurso, o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública.

8.3.9.2.7 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

8.3.9.2.8 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

9.2 - No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

9.3 - A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato/Ata de Registro de Preço ou retirar a Ordem de Compra.

9.4 - O Município de Timbó/SC poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preço ou retirar a Ordem de Compra, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

9.5 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade e demais exigências previstas para habilitação, em razão de fatos supervenientes conhecidos após o julgamento.

10 - DOS PRAZOS, ENTREGA E PAGAMENTO

10.1 - PRAZOS

10.1.1 - O prazo de vigência do registro de preços é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do extrato da Ata de Registro em órgão oficial do Município.

10.1.2 – O órgão requisitante efetuará a solicitação de cada serviço, por escrito, à licitante vencedora, sendo que esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico (mecânico) para análise e possibilidade de manutenção no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).

10.1.3 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, após o recebimento de qualquer dos veículos mencionados neste Edital, a licitante vencedora, após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, desenvolverá e submeterá, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do equipamento, à aprovação da Administração Municipal, diagnóstico dos serviços a ser realizados e indicará, inclusive, o número de horas-profissional a ser utilizadas,

relacionando, ainda, todas as peças e componentes que devem ser substituídos, especificando preços líquidos unitários (já deduzido o desconto oferecido).

10.1.3.1 - Qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, somente poderá ser executado após aprovado por parte da Secretaria requisitante através da Ordem de Serviço.

10.1.4 - Excepcionalmente, quando da convocação para manutenção corretiva do item 28 (carregadeira W20B), pertencente à frota do SAMAE, o atendimento deverá ser executado em até 02 (duas) horas, e a prestação do serviço de segunda a sexta feira, entre as 7h e as 18h.

10.1.5 - A **manutenção preventiva**, que tem por objetivo garantir a utilização dos veículos de maneira segura, econômica e eficiente, deverá ser realizada quando o Município julgar conveniente, especialmente antes de saídas para viagens, e executada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da entrada do objeto na oficina.

10.1.5.1 - O prazo mencionado é fixado para execução de qualquer serviço, com possibilidade de dilatação, comprovada falta de peças de reposição no mercado ou quando aceito pela Administração.

10.1.5.2 - Quando comprovada a necessidade de dilatação do prazo exposto no subitem 10.1.5.1, o novo prazo será acertado, por escrito, entre a licitante vencedora e a secretaria solicitante, em cada caso concreto, levando-se em consideração, a complexidade dos serviços.

10.1.6 – A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do edital/ata/contrato, sujeitando o infrator às penas constantes deste instrumento convocatório, ata e/ou contrato.

10.2 - ENTREGA

10.2.1 - Em caso de necessidade de deslocamento, o transporte do objeto será de responsabilidade do Município, considerando que a licitante vencedora deverá estar instalada em distância máxima, conforme subitem 3.9.

10.2.1.1 - Quando o Município realizar o transporte dos objetos danificados à sede/oficina da vencedora, responsabilizar-se-á em retirá-lo quando efetivada a manutenção.

10.2.1.2 - Os serviços deverão ser prestados em local adequado na sede da vencedora, salvo quando a manutenção for realizada *"in loco"*.

10.2.2 - O Município, quando julgar conveniente, e através de servidor indicado, fará o acompanhamento da manutenção, bem como a avaliação dos materiais utilizados.

10.2.3 - Fica aqui estabelecido que o serviço será recebido:

- a) *Provisoriamente*, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com a especificação;
- b) *Definitivamente*, após a verificação da qualidade e conformidade do mesmo e a consequente aceitação.

10.3 - PAGAMENTO

10.3.1 - Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria requisitante, a cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal, condicionados à apresentação de relatório quantitativo e qualitativo inerente a cada objeto, para verificação de conformidade à fiscalização do município. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

10.3.2 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.

10.3.3 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

10.3.4 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

11 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Adjudicada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preço de cada item, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação ou a critério da Administração, registrar o preço cotado pelas demais licitantes, de conformidade com a Lei Municipal.

11.2 - A licitante vencedora deverá comparecer à Central de Licitações para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após convocação, que será feita por e-mail e/ou publicação oficial no Diário Oficial dos Municípios, sob pena do Pregoeiro declarar a empresa desclassificada, aplicando as penalidades cabíveis e examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, declarando-se vencedor a licitante que atender os requisitos do edital.

11.2.1 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela proponente e aceito pela Administração.

11.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço o Município registrará os demais licitantes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das cominações editalícias/contratuais/legais, bem como as estabelecidas na Ata de Registro de Preço.

11.3.1 - O não comparecimento injustificado da licitante primeira classificada para subscrição da ata de registro de preço, no prazo e moldes estabelecidos neste edital, importará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata.

11.4 - No caso da impossibilidade de fornecimento pelo primeiro classificado, após a assinatura da Ata a municipalidade poderá chamar o segundo classificado pelo preço do primeiro, para o fornecimento do item, e assim sucessivamente.

12 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Poderão utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade e usuário relacionado neste Edital e demais órgão/entidades da administração direta e indireta, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, das compras pelo Sistema de Registro de Preços.

12.1.1 - Durante sua vigência a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

12.2 - Havendo saldo de quantitativo a adquirir, inclusive em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o parágrafo 1º, artigo 65, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, não exercido pelo órgão ou entidade usuário do registro, poderá este autorizar o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e acatar os eventuais pedidos de outros órgãos ou entidades não relacionadas neste Edital.

12.3 - É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preço a preferência de fornecimento/execução, quando, na hipótese de que trata o item anterior, do processo específico para compra resultar preço igual ou superior ao registrado.

13 - DAS CONDIÇÕES

13.1 - A Central de Licitações será o órgão responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, o fornecedor registrado, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

13.2 - A solicitação da emissão da Ordem de Serviço/Nota de Empenho é de inteira responsabilidade e iniciativa do órgão usuário do registro, cabendo ao mesmo todos os atos de administração junto aos

fornecedores e que serão formalizados por intermédio de empenho e Ata de Registro de Preço de fornecimento nas hipóteses que se fizerem necessárias.

13.3 - A convocação dos fornecedores pelos órgãos usuários dar-se-á através de Ordem de Serviço/Nota de Empenho e será formalizada pelo responsável da Secretaria requisitante através de e-mail ou fax, indicado pela licitante na proposta, sendo considerado válido a partir do efetivo envio da correspondência.

13.4 - O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a Ordem de Serviço/Nota de Empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital, contrato/Ata de Registro de Preço, demais anexos e na lei.

13.4.1 - Quando comprovada uma dessas hipóteses o órgão usuário deverá comunicar a ocorrência à Central de Licitações e solicitar indicação do próximo fornecedor a ser destinada a Ordem de Serviço/Nota de Empenho, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 - O proponente vencedor estará sujeito por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor da Ata de Registro de Preço por dia e/ou hora de atraso na entrega do bem; na adequação do produto fornecido; no atendimento ao pedido de orçamento, na entrega do orçamento ou por qualquer outra obrigação não cumprida no prazo estabelecido neste edital;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

14.1.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pela Secretaria da Fazenda e Administração.

14.2 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

14.3 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

14.4 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o artigo 77 da Lei n.º 8.666/1993.

14.5 - As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

14.6 - As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

14.7 - A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo, acarretará ao infrator a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a administração pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

14.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais atinentes à espécie.

15 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVOS

15.1 - A Secretaria requisitante poderá adquirir quantitativos superiores aqueles registrados para o item, limitado a no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do total estimado.

15.2 - Na hipótese prevista no item anterior a aquisição dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

15.3 - A supressão de quantitativos registrados na Ata ainda não contemplados por pedidos de compra poderá ser total ou parcial, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do art. 15 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

16 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

16.1 - Durante a vigência da Ata os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.1.1 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

16.2 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Central de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

17 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

17.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

17.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

17.1.3 - Por iniciativa do órgão ou entidade usuário, quando:

- a) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- b) Não comparecer ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- c) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

17.1.4 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

18 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - As Atas de Registro de Preço decorrentes desta licitação serão canceladas:

18.1.1 - Automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Quando não restarem fornecedores registrados; ou

18.1.2 - A inexecução total ou parcial do objeto poderá acarretar o cancelamento da Ata de Registro de Preço.

18.1.3 - Pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

18.2 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

18.3 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

19 - DAS OBRIGAÇÕES

19.1 - DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S).

20.1.1 - As demais obrigações estão dispostas na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VIII) que faz parte integrante do presente Edital.

19.2 - OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

20.2.1 - Além das dispostas no presente edital e seus anexos, as obrigações estão dispostas na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo VIII) que faz parte integrante do presente Edital.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Em caso de REVOGAÇÃO ou ANULAÇÃO deste Pregão Presencial - Registro de Preço serão observadas as disposições da Lei n.º 8.666/1993.

20.2 - Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis na Central de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua apresentação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados e descartados.

20.3 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente Pregão Presencial - Registro de Preço.

20.4 - A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada.

20.5 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.6 - No interesse do Município de Timbó/SC, sem que caiba à participante qualquer recurso ou indenização, poderá ainda a licitação ter:

- ✓ Adiada sua abertura;
- ✓ Alterado o Edital com fixação de novo prazo para a realização da licitação, sendo dispensada a nova publicação e reabertura do prazo nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

20.7 - As fases internas da licitação, assim sendo as atas, convocações e demais atos serão divulgadas através do veículo oficial de imprensa da Prefeitura de Timbó/SC, qual seja o Diário Oficial dos Municípios - *site* www.diariomunicipal.sc.gov.br, quando necessário, ficando desde a data da publicação convocados os licitantes a apresentarem recurso ou demais manifestações cabíveis. O Município também poderá comunicar os licitantes diretamente e/ou através de AR e e-mail, acerca dos procedimentos vinculados ao presente certame, sendo que os prazos computar-se-ão a partir do seu recebimento, situação que os licitantes têm plena ciência e aceitam para todos os fins.

20.8 - O presente edital e seus anexos são complementares entre si de forma que qualquer condição, especificação, obrigação e outros constantes em um e omitido em outro será considerado válido e existente para todos os fins.

20.9 - Constitui Autoridade Competente para em última instância administrativa analisar e julgar os recursos eventualmente interpostos, a Secretária da Fazenda e Administração (§ 1º, artigo 3º do Decreto Municipal n.º 2.976/2012).

20.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.11 - Faz parte integrante do edital:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Critérios para a Prestação dos Serviços e Fornecimento das Peças;
- c) ANEXO III - Modelo Credenciamento;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Habilitação;
- e) ANEXO V - Modelo de Declarações Obrigatórias;
- f) ANEXO VI - Modelo Proposta de Preços;
- g) ANEXO VII - Tabela da Frota do Município de Timbó;
- h) ANEXO VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços.

MUNICIPIO DE TIMBÓ (SC), 03 de Novembro de 2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda
e Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA 1. Especificações do objeto e valor estimado

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	INDICAÇÃO DE COTA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	4.010	HORAS	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULO DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE	PRINCIPAL	71,30
2	2.480	HORAS	MAO DE OBRA ELETRICA PARA VEICULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE.	PRINCIPAL	48,00
3	5.200	HORAS	MAO DE OBRA FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE.	PRINCIPAL	48,33
4	1.500	HORAS	MÃO DE OBRA ELETRÔNICA PARA VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE	PRINCIPAL	72,91
5	1.680	HORAS	MAO DE OBRA PARA AR CONDICIONADO DE VEICULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE	PRINCIPAL	71,21
6	600	HORAS	MAO DE OBRA PARA AR CONDICIONADO DE VEÍCULOS A DIESEL DA SECRETARIA DE SAÚDE (VAN DE ATÉ 16 LUGARES)	EXCLUSIVA	81,33
7	1.420	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS	EXCLUSIVA	32,00
8	6.100	HORAS	MÃO DE OBRA MECÂNICA DA FROTA DE VEÍCULOS À DIESEL.	PRINCIPAL	71,06
9	950	HORAS	MÃO DE OBRA MECÂNICA DA FROTA DE VANS (ATÉ 16 LUGARES) A DIESEL	EXCLUSIVA	73,33
10	3.370	HORAS	MÃO DE OBRA ELETRICA DE FROTA DE VANS (ATÉ 16 LUGARES)	PRINCIPAL	52,60
11	5.850	HORAS	MAO DE OBRA FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VANS (ATÉ 16 LUGARES)	PRINCIPAL	53,25
12	10.230	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL PARA CAMINHÕES E ÔNIBUS	PRINCIPAL	79,75
13	2.600	HORAS	MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS	PRINCIPAL	51,60
14	2.500	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS	PRINCIPAL	52,00
15	6.760	HORAS	MÃO DE OBRA CONSERTO, MANUTENÇÃO DE FEIXE DE MOLAS, EMBUCHAMENTO E AMORTECEDORES PARA CAMINHÕES	PRINCIPAL	65,00
16	300	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA MÁQUINAS PESADAS	EXCLUSIVA	72,00
17	350	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA MÁQUINAS PESADAS	EXCLUSIVA	57,60
18	1.700	HORAS	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA PARTE RODANTE DAS MÁQUINAS	PRINCIPAL	86,00
19	3.010	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE TORNO, SOLDA E MANUTENÇÃO GERAL DE VEÍCULOS	PRINCIPAL	87,50
20	1.220	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO GERAL DE RETROESCAVADEIRAS	PRINCIPAL	90,00
21	500	HORAS	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DE CARREGADEIRAS	EXCLUSIVA	88,75
22	1.350	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO GERAL DE ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS	PRINCIPAL	97,50
23	1.050	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO GERAL DE MOTONIVELADORAS	PRINCIPAL	91,25

24	200	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO GERAL DE ROLO COMPACTADOR	EXCLUSIVA	108,75
25	850	HORAS	MAO DE OBRA MANUTENÇÃO GERAL DE TRATOR ESTEIRA.	PRINCIPAL	95,00
26	150	HORAS	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DE ESTEIRA DO SISTEMA DE TRIAGEM	EXCLUSIVA	96,25
27	100	HORAS	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DAS PRENSAS	EXCLUSIVA	95,00
28	150	HORAS	MÃO DE OBRA MECÂNICA E MANUTENÇÃO GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DA CARREGADEIRA CASE W20B.	EXCLUSIVA	90,00
29	350	HORAS	MÃO DE OBRA SERVIÇO DE TORNO, SOLDA DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS.	EXCLUSIVA	102,50

- a) Para os **Itens da Cota Principal** - interessados que atendam aos requisitos do edital;
- b) Para os **Itens da Cota Exclusiva** - empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

1. ESPECIFICAÇÕES

- a. Mão de obra para mecânica em geral em veículos de passeio e utilitários, deverá abranger serviços nos sistemas de freios, de direção, de suspensão, de escapamento, alinhamento e balanceamento de direção, injeção eletrônica, troca de óleo lubrificante do motor, filtro de óleo, filtro de ar, anéis vedadores, lubrificantes tais como fluido de freio, óleo hidráulico, aditivos, etc., serviços preventivos e corretivos em ar-condicionado, incluindo a higienização bem como a troca dos filtros.
- b. Serviços gerais na parte elétrica (conserto motor de arranque, conserto relógio temperatura, conserto buzina, conserto em luzes, terminal de bateria, troca de fusível, jogo escova, etc.).
- c. Serviços gerais de chapeação, funilaria e pintura, inclui solda em plástico, lixar, pintar, desamassar, etc.
- d. Mão de obra mecânica geral de utilitários movidos a diesel inclusive serviços nos sistemas de freios, de direção, de suspensão, de escapamento, alinhamento e balanceamento de direção, injeção eletrônica, troca de óleo lubrificante do motor, filtro de óleo, filtro de ar, anéis vedadores, lubrificantes tais como fluido de freio, óleo hidráulico, aditivos, etc., serviços preventivos e corretivos em ar-condicionado, incluindo a higienização bem como a troca dos filtros.
- e. Mão de obra mecânica geral de caminhões inclusive serviços nos sistemas de freios, de direção, de escapamento, alinhamento e balanceamento de direção, injeção eletrônica, troca de óleo lubrificante do motor, filtro de óleo, filtro de ar, anéis vedadores, lubrificantes tais como fluido de freio, óleo hidráulico, aditivos, etc, serviços preventivos e corretivos em ar-condicionado, incluindo a higienização bem como a troca dos filtros e serviços de retífica de motor.

- f. Serviços gerais na parte elétrica de caminhões e máquinas pesadas (conserto motor de arranque, conserto relógio temperatura, conserto buzina, conserto em luzes, terminal de bateria, troca de fusível, jogo escova, etc.).
- g. Serviços gerais de manutenção de motocicletas, entende-se todos, inclusive elétricos ou reformas em geral.
- h. O serviço de embuchamento, amortecedores e feixe de mola compreendem conserto, substituição, rebater e demais serviços em suspensão somente para caminhões ou veículos de grande porte.
- i. O serviço de manutenção de esteira compreendem manutenção na caixa de redução, alinhamento, troca de rolamento e engrenagens, corrente, roletes, correia transportadora e serviços de solda.
- j. O serviço de manutenção de prensas compreende manutenção de troca de reparo, acoplamentos, garrafas hidráulicas, alinhamento, troca de óleo, reparo de comando, reparo no cilindro hidráulico e serviços de solda.
- k. A manutenção corretiva não inclui a retífica de motor.

2. JUSTIFICATIVA

A definição do raio de 40 km motiva-se, tanto pelo estudo da distância das empresas participantes dos últimos processos licitatórios publicados, quanto pelos orçamentos atuais que serviram de parâmetro para a análise de média de preços de mercado, demonstrando, portanto, que a distância definida tem caráter de ampla competição, aliada ao custo de deslocamento por parte do Município.

Partindo-se do princípio de que, em caso de necessidade de deslocamento de máquinas pesadas para conserto junto à sede ou instalação da oficina vencedora do certame, o custo de deslocamento será exclusivamente da CONTRATANTE/REQUISITANTE (pois o município possui veículo próprio para o transporte de máquinas pesadas), definiu-se o raio de 80 km de distância entre o Município e a licitante vencedora. Sumariamente, o Município se favorece no custo do transporte e do bom atendimento, tanto na sede do vencedor, bem como na rapidez do atendimento "in loco" quando solicitado.

Em relação à qualificação técnica mencionada no item 7.3.5, letra "a", considerando o fluxo de serviços realizados nos últimos seis meses, observa-se a necessidade de quantidade mínima de profissionais para atender a demanda dos serviços solicitados pelo Município, na sede da oficina vencedora do certame e/ou "in loco".

Por fim, entende-se que, da forma apresentada, o processo torna-se econômico e vantajoso ao Município, além de competitivo às prováveis participantes.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS

1. A licitante vencedora, após ser convocada pela Secretaria solicitante, deverá enviar profissional (mecânico) para verificar *"in loco"*, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a possibilidade de conserto do objeto no local. Em caso afirmativo, o profissional deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diagnóstico, através de relatório, informando o problema detectado e a forma de resolução (serviço a ser realizado, necessidade de substituição de peças ou componentes, horas de serviço, entre outros).
2. A licitante vencedora deverá executar prioritariamente os serviços solicitados pelo Município, após aprovação do orçamento e emissão da respectiva ordem de execução expedida pela Secretaria solicitante.
3. Os serviços somente serão aceitos se estiverem de acordo com as especificações do fabricante do veículo e/ou as disposições deste Edital.
4. Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção do objeto será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora.
5. A licitante vencedora deverá manter ferramental e documentação técnica de apoio necessários aos serviços de manutenção, bem como pessoal de oficina capacitado profissionalmente à prestação dos mesmos.
6. Quando as peças fornecidas pelo Município serão de primeira linha ficando a contratada obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.
7. As peças e componentes de reposição, quando fornecidos e instalados pela contratada, serão obrigatoriamente originais, adequados e novos, ficando por ela garantidos como isentos de qualquer vício ou defeito, por prazo não inferior ao concedido pelo fabricante, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da competente nota fiscal.
8. A licitante vencedora deverá, após a execução dos serviços, devolver todas as peças que forem substituídas, para conferência por servidor responsável indicado pela Secretaria solicitante. O Município não procederá ao pagamento sem a respectiva devolução.
9. A licitante vencedora deverá refazer os serviços que forem recusados por meio de parecer técnico da Secretaria solicitante, sem outras despesas que não as das peças ou materiais não restituídos ou não recuperados anteriormente.
10. *Os serviços devem ser executados diretamente pela Licitante vencedora, não podendo ser subcontratado, subempreitados, cedidos ou sublocados, exceto os serviços de retífica de motor, o que dependerá de prévia anuência da Administração Municipal por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pelo ônus e perfeição técnica dos mesmos.*
11. A licitante vencedora deverá credenciar prepostos para representá-la junto ao município, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do objeto licitado.
12. A licitante vencedora deverá permitir o acompanhamento de qualquer serviço por técnicos do Município, sempre que este julgar necessário, porém, a fiscalização do Município não isenta a licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração da Ata de Registro de Preços.
13. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela integridade dos veículos de propriedade do município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e

acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do município.

14. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.
15. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados e/ou equipamentos, causados a terceiros e ao Município, em caso de acidentes de trânsito e de trabalho.
16. O município poderá, a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamento dos encargos previdenciários para efeito do disposto no art. 4º da Lei nº 9.032 de 28/04/95.
17. Os serviços executados pela contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da nota fiscal de serviços, e de materiais quando ele for o fornecedor.
18. Faculta-se ao município checar, junto aos fabricantes, os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência contratual o fato de a contratada oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
19. A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para o município e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.
20. A anotação referente aos novos prazos de garantia, no caso de serviços, será feita pela contratada em documento à parte, que será entregue ao município, quando da liberação do veículo e, no caso de peças/componentes, a anotação deverá ser feita no verso da respectiva nota fiscal.
21. A licitante vencedora deverá sanar, imediatamente, quaisquer irregularidades durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apontadas pelos órgãos de fiscalização do Município.

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO*

Pelo presente credenciamos o(a) Sr(a). _____, CPF nº. _____ e RG nº _____, para participar do Pregão Presencial - Registro de Preço nº 91/2016 PMT podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento no que diz respeito aos interesses da representada, inclusive formular lances, negociar preços, interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

_____, em ____ de _____ de 2016.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

** O modelo de credenciamento, quando for utilizado, deverá estar de acordo com os termos constantes do subitem 5.2 deste edital.*

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social da licitante), por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, DECLARA, sob as penas da lei e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que tem plena ciência, aceita e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital do Pregão Presencial - Registro de Preço nº **91/2016 PMT**.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

DECLARAÇÃO

Ref. (identificação da licitação)

_____, CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) do RG n.º _____ e CPF n.º _____, declara:

- a) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
- b) Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental.
- c) Que o ato constitutivo é vigente.
- d) Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública
- e) Que conhece e aceita todas as condições do referido edital e anexos.

(local e data)

(nome e número do documento de Identidade do Declarante)

ANEXO VI

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS*

PREFEITURA DE TIMBÓ/SC
PROPOSTA DE PREÇOS
Pregão Presencial - Registro de Preço nº 91/2016 PMT
Data:
Hora:

NOME DA EMPRESA:
C.N.P.J.:
Endereço:
Telefone e fax:
E-mail:
Local para entrega do material: (em conformidade com o Edital).
Validade da proposta: (em conformidade com o Edital).
Condições de Pagamento: (em conformidade com o Edital).

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	INDICAÇÃO DE COTA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	4.010	HORAS	MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULO DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE
2

Banco:
Agência:
C/C:
Local, data

Declaro que desde já a empresa _____ compromete-se a cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer penalidades aplicadas por esta Administração.

Nome (R.G. e C.P.F.) e assinatura do representante
Carimbo da empresa

** Demais informações constantes do item 6.3 do edital.*

ANEXO VII**FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO TIMBÓ**

VEÍCULO, CAMINHÕES, MOTOCICLETAS, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

MARCA	MODELO	PLACA	UNIDADE ADMINISTRATIVA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL			
FIAT	UNO MILLE 8V FIRE	MCO-8175	ART. POLIT/IMPRESA
RENAULT	MEGANE DYN 2.0 16V	MHJ-8166	ART. POLIT/GABINETE
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO - SEMFA			
FIAT	UNO MILLE FLEX	MHA-2521	ADMINISTRAÇÃO
FORD	FIESTA SEDAN FLEX	MKC-5264	ADMINISTRAÇÃO
FORD	FIESTA RATCH ROCAN 1.6	MLZ-4917	ADMINISTRAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS			
FIAT	UNO MILLE FIRE	MBS-5157	ASSIS.SOCIAL
FIAT	UNO MILLE FIRE	MCP-1787	ASSIS.SOCIAL
FIAT	PALIO WK ATTRAC 1.4	MLL-8710	ASSIS.SOCIAL
CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LTZ	QID-2573	ASSIS.SOCIAL
MERCEDES BENZ	ONIBUS	LZV-3561	ASSIS.SOCIAL
FIAT	UNO VIVACE 1.0	MLN-8312	ASSIS.SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ - FUMDEC			
DELKA	REBOQUE	MFK-2630	DEFESA CIVIL
MITSUBISHI	CAMIONETE/C.DUPLA	MHW-5534	DEFESA CIVIL
FORD	TRANS.TCA/AMBUL	MJB-2171	DEFESA CIVIL
FORD	FIESTA 1.6 FLEX	MJQ-4965	DEFESA CIVIL
RENAULT	SANDEIRO PRIV 16V	MLH-3405	DEFESA CIVIL
FORD	TRANSIT FURGÃO 3330 2.4 TDCI CURTO	MKT-4254	DEFESA CIVIL
FIAT	UNO MILLE ECONOMY	MLC-7783	DEFESA CIVIL
MERCEDES BENZ	AMBULANCIA	MMI3245	DEFESA CIVIL

SCANIA P360	CAMINHÃO	QIH-5752	DEFESA CIVIL
FORD	RANGER XLT CD4M32	QHC-4268	DEFESA CIVIL
CHEVROLET	CELTA LT 1.0 FLEX	MLJ-7930	DEFESA CIVIL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC			
JEEP	WILLY	LZD-8296	DESENV.ECONOMICO
VOLKSWAGEM	VW/7.90 S	LZV-3641	DESENV.ECONOMICO
GM	CHEVY 500	LZW-5061	DESENV.ECONOMICO
VOLKSWAGEM	GOL 1000	LWZ-9103	DESENV.ECONOMICO
VOLKSWAGEM	VW/16.170 BT	LZM-4152	DESENV.ECONOMICO
VOLKSWAGEM	VW/16.200	MAX-4012	DESENV.ECONOMICO
TOYOTA	C.DUPLA BANDEIRANTE	MBH-8183	DESENV.ECONOMICO
FIAT	UNO MILLE FIRE	MBR-5823	DESENV.ECONOMICO
FIAT	UNO MILLE FIRE FLEX	MDH-2173	DESENV.ECONOMICO
VOLVO	Vm 260 4x2	MFT-3355	DESENV.ECONOMICO
MERCEDES BENZ	M.BENZ/ATRON 2729	MKH-6163	DESENV.ECONOMICO
FIAT	UNO MILLE FIRE	MCA-5971	DESENV.ECONOMICO
ICON	MOTONIVELADORA/MC80D		DESENV.ECONOMICO
VALMET	VALMET/68		DESENV.ECONOMICO
FIAT ALLIS	TRATOR ESTEIRA		DESENV.ECONOMICO
VALMET	TRATOR TR.RODAS	LZB-5231	DESENV.ECONOMICO
FIAT ALLIS	TRATOR ESTEIRA	MAZ-3092	DESENV.ECONOMICO
FIAT ALLIS	TRATOR/TR RODAS	MDC-6742	DESENV.ECONOMICO
KHUN MONTANA	TRATOR		DESENV.ECONOMICO
CASE	ESCAVADEIRA	MHJ-9204	DESENV.ECONOMICO
CATERPILLAR	RETROESCAVADEIRA		DESENV.ECONOMICO
CATERPILLAR	MOTONIVELADORA		DESENV.ECONOMICO
KOMATS	ESCAVADEIRA HIDRAULICA		DESENV.ECONOMICO
KHUN MONTANA	TRATOR AGRICOLA	SEM PLACA	DESENV.ECONOMICO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS			
ROTATIVA	MEC RULL DE 2,25MTS	QTDE: 03	DESENV.ECONOMICO
ROTATIVA	LAVRALLE DE 1,80MTS	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ROÇADEIRA	MEC RULL DE 1,80MTS	QTDE: 02	DESENV.ECONOMICO
ROÇADEIRA	MEC RULL DE 1,600 MTS	QTDE: 02	DESENV.ECONOMICO
GRADE DE DISCO	BALDAN HI 32X18X3 DM A (32 DISCOS)	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
CARRETA AGRÍCOLA	TADEU DE 05 TONELADAS	QTDE: 02	DESENV.ECONOMICO
CARRETA AGRÍCOLA	TADEU DE 03 TONELADAS	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ARADO	AIVECA	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ARADO	AIVECA SPILLERE	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ARADO	AIVECA TADEU	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ARADO	AIVECA SPILLERE	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ARADO	-	QTDE: 02	DESENV.ECONOMICO
ENSILADEIRA	NOGUEIRA, MODELO PECUS 9004 GERAÇÃO 4	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ENSILADEIRA	NOGUEIRA, MODELO PECUS 9004 GERAÇÃO 4 ANO 2013	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
ENSILADEIRA	NOGUEIRA, MODELO PECUS 9004 SUPER OURO	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
SUBSOLADOR	BECKER COM 05 DENTES/GRAMPOS	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
PLANTADEIRA	JUMIL DE 02 LINHAS	QTDE: 01	DESENV.ECONOMICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED			
MARCOPOLO	MICROONIBUS SÊNIO R GVO/33P	MAM-5712	EDUCAÇÃO
VOLKSWAGEM	EUROVAN	MAK-4103	EDUCAÇÃO
MARCOPOLO	ONIBUS VIAGGIO R/44P	MCF-1952	EDUCAÇÃO
FORD	CARGO 815	MDC-3272	EDUCAÇÃO
FIAT	DUCATO/MINIONIBUS 16P	MEO-7202	EDUCAÇÃO
CHEVROLET	PRISMA 1.4 FLEX	MDV-3833	EDUCAÇÃO
IVECO	CITY CLASS 70C17	MKW-7276	EDUCAÇÃO
M.BENZ	ÔNIBUS/OF 1519	QHE-2115	EDUCAÇÃO

IVECO	VERTIS 90V18	OKG-6139	EDUCAÇÃO
PEUGEOT	BOXER/MINIBUS 350 2.3	OKG-8039	EDUCAÇÃO
CHEVROLET	SPIN LTZ 1.8	OKG-5369	EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ - FME			
FORD	DUCATO/COM/JAEDI 16P	MDZ-8824	ESPORTES
CHEVROLET	CELTA SPIRIT/4P	MFY-9545	ESPORTES
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT			
CHEVROLET	CORSA WIND/1.0	MBR-5843	FUNDAÇÃO CULTURAL
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ			
CHEVROLET	CELTA SPIRIT /4P	MEB-1718	MEIO AMBIENTE
REBOQUE	CARRETINHA	QHY-2790	MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
REBOQUE	REBOQUE/PRANCHA	LZI-6436	OBRAS
M.BENZ	BOMBEIRO/1113	LZD-8486	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMIONETA/SAVEIRO	LZV-3691	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMIONETA/SAVEIRO	LZV-3651	OBRAS
M.BENZ	CAMINHÃO/L2318	LZK-2871	OBRAS
M.BENZ	CAMINHÃO/LK 1614	LZK-2751	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMIONETA/KOMBI	LZK-2691	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMIONETA/SAVEIRO	LXB-1674	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/VW 16.170 BT	LZM-4262	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/VW 16.170 BT	LZM-4222	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/VW 16.170 BT	LZM-4192	OBRAS
TOYOTA	BANDEIRANTES BJ55LP	LZM-4202	OBRAS
TOYOTA	BANDEIRANTES BJ55LP	LZP-6342	OBRAS
SCANIA	CAMINHÃO/REBOQUE	LZD-6296	OBRAS
HONDA	MOTOCICLETA/CG125	LZY-2922	OBRAS
FORD	CAMINHÃO/BASC/16.00T	MCK-5792	OBRAS

VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/BASC/VW26.220	MDF-8491	OBRAS
VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/C.ABERTA/VW 7.100	MCA-6970	OBRAS
FORD	CAMINHÃO/C.ABERTA/815 S	MFR-2172	OBRAS
FIAT	UNO MILLE/FLEX	MCO-8165	OBRAS
CHEVROLET	CORSA CLASSIC LIFE/FLEX	MFB-2143	OBRAS
VOLVO	CAMINHÃO BASC.	MHH-9104	OBRAS
FORD	CAMINHÃO TANQUE	MGT-6517	OBRAS
FORD	CAMINHÃO/BASC.	MGS-2257	OBRAS
FORD	CAMINHÃO/BASC.	MGS-2287	OBRAS
FORD	CAMINHÃO/BASC.	MGR-6147	OBRAS
VOLKSWAGEM	VW/KOMBI STANDART	MHZ-8915	OBRAS
VOLKSWAGEM	VW/KOMBI STANDART	MHZ-8895	OBRAS
FORD	COURIER/CAMIONETE C. ABERTA	MKC-5224	OBRAS
FORD	FIESTA HATCH ROCAN 1.6	MLS-9587	OBRAS
VALMET	MOTONIVELADORA		OBRAS
VALMET	TRATOR 880		OBRAS
CATERPILLAR	CARREGADEIRA		OBRAS
FIAT ALLIS	TRATOR ESTEIRA		OBRAS
CASE	RETROESCAVADEIRA		OBRAS
CASE	RETROESCAVADEIRA	MAL-9513	OBRAS
DYNAPAC	ROLO COMPRESSOR	MBB-4541	OBRAS
FIAT ALLIS	MOTONIVELADORA	MCL-3521	OBRAS
KOMATSU	TRATOR ESTEIRA	MDW-5792	OBRAS
CASE	RETROESCAVADEIRA	MHJ-9054	OBRAS
KOMATSU	RETROESCAVADEIRA	MHN-5949	OBRAS
KOMATSU	RETROESCAVADEIRA	MHN-5979	OBRAS
CHEVROLET	CELTA 1.0	MBO-6963	OBRAS
BOP CAT	CARPINADEIRA	MGI-4798	OBRAS

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ - FUMTRAN			
DELKA	REBOQUE	LXJ-1461	TRÂNSITO
TOYOTA	PICK-UP	LZQ-2143	TRÂNSITO
FIAT	PALIO WK ADIVENT	MFI-2475	TRÂNSITO
HONDA	MOTOCICLETA/NXR 150	MKG-5102	TRÂNSITO
HONDA	MOTOCICLETA/NXR 150	MKG-5112	TRÂNSITO
HONDA	MOTOCICLETA/NXR 150	MKG-5132	TRÂNSITO
FIAT	DOBLÔ ATTRACTIV	MJK-9674	TRÂNSITO
KIA	BONGO	MMM-4358	TRÂNSITO
FIAT	ADVEN/FLEX	MHP-8637	TRÂNSITO
CHEVROLET	PALIO WK ADIVENT	MGX-5342	TRÂNSITO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE			
HONDA	MOTOCICLETA/CG125	MBR-5893	PLANEJAMENTO
HONDA	MOTOCICLETA/CG125	MBR-6313	PLANEJAMENTO
VOLKSWAGEM	VW/KOMBI	MDG-9743	PLANEJAMENTO
HONDA	MOTOCICLETA/CG125	MGC-0755	PLANEJAMENTO
CHEVROLET	PRISMA/JOY	MGJ-0165	PLANEJAMENTO
HONDA	MOTOCICLETA/CG125	MIZ-6164	PLANEJAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ - FUNREPOM			
FIAT	PALIO ELX/FLEX	MGV-4145	POLICIA MILITAR
RENAULT	DUSER/20 D	MKK-1847	POLICIA MILITAR
VOLKSWAGEM	CROSSFOX GII	MIV-7038	POLICIA MILITAR
FORD	FIESTA SEDAN 1.6	MKG-7212	POLICIA MILITAR
RENAULT	DUSTER/20 D	MLH-8075	POLICIA MILITAR
RENAULT	LOGAN EXPRESP 1.0	MLP-8985	POLICIA MILITAR
RENAULT	LOGAN EXPRESP 1.6	MLP-8875	POLICIA MILITAR
RENAULT	LOGAN EXPRESP 1.6	MLP-8975	POLICIA MILITAR
FIAT	PALIO WEE TER.1.8	MLK-0327	POLICIA MILITAR

FORD	FIESTA 1.6	MLH-6530	POLICIA MILITAR
FIAT	PALIO WEEKEND	MKM-6581	POLICIA MILITAR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ - FMS			
FIAT	DUCATO/ BUSS	MCP-3002	SAÚDE
HONDA	MOTOCICLETA/CG125/CARGO	MCE-6957	SAÚDE
HONDA	MOTOCICLETA/CG125/CARGO	MCE-6787	SAÚDE
CHEVROLET	CLASSIC SPIRIT	MCC-4982	SAÚDE
VOLKSWAGEM	GOL ESPECIAL	MBL-6505	SAÚDE
HONDA	MOTOCICLETA/CG125/CARGO	MBD-7362	SAÚDE
FIAT	UNO MILLE FIRE/FLEX	MER-5344	SAÚDE
PEGEUT	AMBULÂNCIA	MGG-1087	SAÚDE
FIAT	DOBLÔ 1.8/7P	MHE-7731	SAÚDE
VOLKSWAGEM	GOL 1.0	MHD-8188	SAÚDE
FORD	TRANSIT 350L BUS	MIQ-6962	SAÚDE
CHEVROLET	PRISMA 1.4	MIF-4303	SAÚDE
FORD	FIESTA SEDAN FLEX	MKC-5474	SAÚDE
CITROEN	JUMPER 2.3 FURGÃO	MJZ-5595	SAÚDE
FIAT	SIENA 1.4/FLEX	MLF-7140	SAÚDE
FIAT	SIENA 1.4/FLEX	MLF-7160	SAÚDE
FIAT	UNO VIVACE 1.0	MLY-5506	SAÚDE
NISSAN	MARCH 1.6	MLZ-3466	SAÚDE
NISSAN	MARCH 1.6	MLZ-3566	SAÚDE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE			
VOLKSWAGEM	CAMINHÃO/BASC	LZL-6581	SAMAE
HONDA	CG/125	MGG-7810	SAMAE
M.BENZ	915C	MEQ-1515	SAMAE
FORD	COURIER 1.6 L	MCW-7576	SAMAE
FORD	COURIER 1.6 L	MCR-8163	SAMAE

GM	MONTANA CONQUEST	MFB-6722	SAMAE
M.BENZ	ATEGO 1718	MEC-6137	SAMAE
M.BENZ	ATEGO 1718	MHT-2422	SAMAE
GM	MERIVA JOY	MFG-3148	SAMAE
HONDA	CG/150 JOB	MFD-1773	SAMAE
FORD	CARGO 2628 E	MIF-7206	SAMAE
CHEVROLET	MONTANA LS	MKE-0111	SAMAE
FIAT	STRADA WORKING CD	MKQ-4987	SAMAE
FORD	COURIER CLX	LZV-6014	SAMAE
HONDA	CG/125 CARGO	LXF-5510	SAMAE
CASE	W20B	*****	SAMAE
M.A	RANDON	MDK-8859	SAMAE
CATERPILLAR	D6MKL	*****	SAMAE
CASE	580M	MKG-0302	SAMAE
CHEVROLET	MONTANA LS	MLJ-3220	SAMAE
HONDA	CG/125	MMF-8042	SAMAE
IVECO	TECTOR 260E28	QHD-7614	SAMAE

** Tabela fornecida pelo Departamento Patrimônio, da Prefeitura de Timbó*

Observação: poderão ser acrescidos novos carros adquiridos no período de vigência da ata de registro de preços.

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos XX/XX/XXXX, na Sede da Prefeitura de Timbó/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 91/2016, conforme ata de julgamento de preços homologada pelo Secretário (*informar autoridade*), o Sr. (*informar nome*), RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua publicação.
2. Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Timbó/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou ainda cancelar a Ata nas hipóteses legalmente previstas, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação e outros não previstos, desde que autorizados pelo Município de Timbó/SC.
2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

...

3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas quanto ao preço as cláusulas e condições do Edital que a precedeu e integra o presente instrumento.

4. O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

5. No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria solicitante no prazo de até 15 (quinze) dias após entrega do veículo ou máquina, comprovada a prestação dos serviços. Os valores apurados serão pagos após aprovação e empenho mediante apresentação da Nota Fiscal com aceite no verso.

1.1 - Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da proponente vencedora.

1.2 - Considerando que a vigência da ata de registro de preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

1.3 - O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

1.4 - O vencedor deverá manter atualizados seus dados, tais como endereço, telefone, etc., devendo comunicar o Setor de Compras acerca de qualquer alteração.

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Compra.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 91/2016 e anexos;

- b) Assumir a responsabilidade pelos ônus e encargos (inclusive os fiscais) resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;
- c) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação (inclusive o preço);
- d) Manter atualizados seus dados, tais como: endereço, telefone, etc., devendo comunicar ao Setor de Compras acerca de qualquer alteração;
- e) Avisar a Secretaria solicitante, imediatamente após o conserto do objeto, para efetuar a retirada do mesmo;
- f) Deverá fazer a manutenção da Carregadeira Case W20B 1991, pertencente ao SAMAE, nas dependências do Aterro Sanitário de Timbó/SC, e quando não houver a possibilidade de fazer "in loco" o SAMAE ficará responsável pelo transporte da mesma. O atendimento deverá ser prestado em até duas horas após o contato realizado por telefone (de segunda a sexta feira das 7h as 18h);
- g) O objeto deverá ser consertado dentro do menor prazo possível;
- h) Observar os critérios para a prestação dos serviços e fornecimento de peças do Anexo II, do Edital.

**CLÁUSULA VI.I - DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S) DO(S)
ITEM(NS) 24, 26 E 28**

- a) A contratada fica obrigada, em caso de defeito no(s) equipamento(s) mencionado(s), a recebê-lo(s) a qualquer hora, em qualquer dia da semana, em horário normal de funcionamento.
- b) As prensas e esteiras do sistema de triagem deverão ser consertadas na sede do SAMAE.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- a) Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- b) Rejeitar no todo ou em parte os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

1 - A recusa injustificada quanto à execução, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços, das condições/obrigações impostas por força deste certame, ensejará a aplicação das penalidades do edital, anexos e enunciadas no art. 87 e demais da Lei nº 8.666/1993 e alterações, ao critério da Administração.

2 - A recusa injustificada das detentoras desta Ata em retirar a Ordem de Compra no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da convocação implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra a Administração poderá aplicar à detentora da ata as seguintes penalidades (podendo ser aplicadas cumulativamente), sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor da Ata de Registro de Preço por dia e/ou hora de atraso na entrega do bem; na adequação do produto fornecido; no atendimento ao pedido de orçamento, na entrega do orçamento ou por qualquer outra obrigação não cumprida no prazo estabelecido neste edital;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Ata, do Edital e/ou de seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

3.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pela Secretaria da Fazenda e Administração.

4 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

5 - As sanções previstas no Edital e legislação, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução do objeto/descumprimento das condições da presente Ata de Registro de Preço ensejadora de cancelamento da Ata, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei n.º 8.666/1993 e de acordo com o art. 20 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

7 - As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

8 - As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicial.

9 - A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará ao infrator a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a administração pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

10 – As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais atinentes à espécie.

CLÁUSULA IX - DO REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do art. 65, II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preço e iniciar outro processo licitatório.

1.1.1. No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado na Central de Protocolos, endereçado ao Setor de Licitações, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração, nos termos do Decreto nº 550, de 11 de julho de 2006.

1.1.2. Havendo análise favorável do pleito, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro será concedida a empresa a partir da data do protocolo do pedido.

1.2 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Central de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/1993 e alterações e demais normas pertinentes.

2. A cada fornecimento do objeto será emitido recibo nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei nº 8.666/1993 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração, quando:

1.1 - A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;

- 1.2 - A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- 1.3 - A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de registro de preços;
- 1.4 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- 1.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 1.6 - Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

4. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital de Registro de Preço nº 91/2016 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado. As obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são válidas para todos os fins.

2. Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões da presente ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Timbó, ----- de ----- de 2016

EMPRESA:

REPRESENTANTE LEGAL:

NOME LEGÍVEL: _____

ASSINATURA: _____



CARIMBO